



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**EXPANSÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA, CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
E RELAÇÕES DE TRABALHO - ESTUDO COMPARATIVO ENTRE
REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL**

José Giacomo Baccarin
baccarin@fcav.unesp.br,
Universidade Estadual Paulista,
Brasil

Regina Aparecida Leite de Camargo
reginacamargomg@gmail.com,
Universidade Estadual Paulista,
Brasil

Rafaela Lourençano Pereira
rafaelalourencano@gmail.com,
Universidade Federal de São Carlos,
Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Por razões históricas e institucionais, o complexo sucroalcooleiro no Brasil contempla grande integração vertical entre produção industrial e agrícola. Os usineiros, nome atribuído aos proprietários de agroindústrias de açúcar e etanol, mantém sob sua administração, em terras próprias ou arrendadas, mais de 60% das lavouras de cana-de-açúcar necessárias para o processamento industrial. Esta integração vertical não é constatada, com tal intensidade, em outros complexos agroindustriais e pode-se supor que a expansão da lavoura canavieira sobre áreas de outras atividades contribua para aumentar a concentração fundiária e provocar perda de importância de relações de trabalho familiares face às assalariadas. Os dados dos Censos Agropecuários do Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitem testar esta suposição. No estado de São Paulo concentram-se mais de 50% da produção de açúcar, etanol e cana-de-açúcar no Brasil. Comparando-se as últimas edições dos Censos, de 1996 e 2006, no estado de São Paulo como um todo verificou-se crescimento do arrendamento de terras e concentração da lavoura canavieira em estabelecimentos agropecuários acima de 1.000 hectares, em que há predomínio (acima de 80%) de relações assalariadas de trabalho. Dando-se um passo adiante, fez-se um estudo com maior desagregação regional, considerando-se as 15 mesorregiões do estado de São Paulo, conforme delimitação do IBGE. Com isto foi possível comparar regiões em que a lavoura canavieira apresenta diferentes importâncias no uso da terra agrícola. Entre os resultados encontrados, apresenta-se aqui uma comparação, para 2006, entre a Mesorregião Ribeirão Preto, a mais importante quanto à produção de cana-de-açúcar, e o estado como um todo. Em São Paulo, a área de cana-de-açúcar usava 18,0% da área dos estabelecimentos agropecuários e em Ribeirão Preto, 43,3%. A área média dos estabelecimentos paulistas era de 75,2 hectares e os maiores que 1.000 ha detinham 39,4% do total da área. Para Ribeirão Preto, estes valores eram, respectivamente, de 118,7 ha e 49,8%. Quanto à condição legal das terras administradas pelos responsáveis pelos estabelecimentos, no estado 81,0% eram de propriedades, 17,6% arrendadas ou em parceria e 1,4% sob outras condições, enquanto em Ribeirão Preto as terras arrendadas ou em parceria alcançavam 32,1% e sob a propriedade, 67,2%. Nas relações de trabalho, o assalariamento representava 53,5% da ocupação agropecuária em São Paulo e 70,7% na Mesorregião Ribeirão Preto. Na área canavieira



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

do estado de São Paulo se conformou o que se tem denominado de via inglesa de desenvolvimento capitalista no campo. Os estabelecimentos se concentraram e as relações de trabalho assalariadas ganharam importância. Convém afirmar que isto tem sido acompanhado por forte redução no número de pessoas ocupadas na agricultura paulista, associado também a recentes mudanças tecnológicas na lavoura canavieira.

ABSTRACT

For historical and institutional reasons, the sugar-alcohol complex in Brazil incorporates a great vertical integration between industrial and agricultural production. The ‘usineiros’, the name given to the owners of the sugar and ethanol industries, control more than 60% of the sugarcane crops used for industrial processing under their own or leased land. This vertical integration is not observed with such intensity in other agro-industrial complexes and it can be assumed that the expansion of sugarcane plantations into areas of other activities contributes to increase land concentration in the hands of few and degrades family-labor relations in preference of salaried workers. Data from an agricultural survey from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) confirms this theory. The State of Sao Paulo comprises more than 50% of Brazil’s sugar, ethanol and sugarcane production. Comparing the surveys from 1996 to those of 2006 in the State of Sao Paulo showed growth in Land Leasing and concentration of sugar cane farms in agricultural establishments above 1000ha in which there is a predominance of salaried working relationships (above 80%). Further studies with a greater regional breakdown were performed, considering 15 Meso-regions of the state of Sao Paulo according to IBGE’s recommendations. This comparison helped to demonstrate the different degrees of importance of sugarcane within the agricultural land use of each region. The results from the 2006 study compared Ribeirão Preto, the most important sugar cane producer in the state, with the state as a whole. In São Paulo, the area of sugar cane was found to be 18% of the total of total agricultural area and in Ribeirao Preto, 43%. The average size of sugar cane farms in Sao Paulo was 75.2ha and establishments larger than 1000ha comprised 39.4% of the total area. For Ribeirão Preto the statistics were 118.7ha and 49.8% respectively. Regarding the legal status of the lands



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

administered by landlords, In Sao Paulo state 81% were owned, 17.6% rented or in partnership and 1.4% under other conditions, while in Ribeirão Preto the lands leased or in partnership reached 32.1% and under ownership, 67.2%. In regards to labour relations, wages accounted for 53.5% of agricultural employment in Sao Paulo state and 70.7% in the Meso-region of Ribeirão Preto. The sugarcane area of the state of Sao Paulo confirmed what has been called the ‘English Way’ of Capitalist Development in the Countryside. Establishments increased land concentration and salaried employment relationships gained importance. It should be said that this has been accompanied by a strong reduction of the number of people employed in São Paulo agriculture – which is also associated with recent technological changes in sugarcane farm.

Palavras chave

Estrutura Agrária, Concentração da Terra, Relações de Trabalho.

Keywords

Agrarian Structure, Land Concentration, Labor Relations



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Os efeitos da acumulação do capital sobre a estrutura agrária e as relações de trabalho são diferenciados entre países e regiões. Bernstein (2011), a partir de questões de longuíssimo prazo, políticas e históricas, e de aspectos estruturais (disponibilidade e distribuição de terras, quantidade de pessoas etc.) descreve formas diversas com que o capitalismo se desenvolveu na agricultura de países e continentes, em alguns casos com a permanência da produção em pequena escala ou camponesa. Em outros exemplos, desde muito tempo, predomina a grande exploração e a relação de trabalho típica é a assalariada, permitindo a nítida caracterização de duas classes sociais, dos empresários e dos trabalhadores agropecuários, o que se costuma denominar de Via Inglesa.

Neste trabalho vai se tratar de uma situação agrária específica, considerando-se uma região e um complexo agroindustrial determinado. Objetiva-se analisar os efeitos da expansão, entre 1996 e 2006, do negócio sucroalcooleiro ou canavieiro sobre a estrutura agrária do estado de São Paulo, Brasil. Além do estado todo, faz-se uma análise comparativa entre suas regiões, de acordo com a importância que a cana-de-açúcar apresenta no uso de sua área agrícola.

Em 2012, a lavoura canavieira, com seus 9,7 milhões de hectares (ha) plantados, constituía-se na terceira lavoura em área do Brasil, atrás da soja e do milho. Seu valor da produção representava 20% da renda bruta agrícola brasileira, atrás apenas da soja. Praticamente 60% do cultivo da cana-de-açúcar se localizavam no estado de São Paulo (IBGE, 2013).

A expansão recente canavieira em São Paulo se deu sobre uma base agrária caracterizada, historicamente, por altos níveis de concentração da propriedade e da posse da terra. Por razões que serão detalhadas na seção seguinte, trabalha-se com a hipótese que essa expansão, baseada na exploração de extensos canaviais em grandes estabelecimentos agropecuários, reforçou a concentração da posse da terra e a presença do trabalho assalariado na agricultura paulista.

II. Exploração Canavieira e Concentração da Posse da Terra

Desde o período colonial, a legislação agrária brasileira favoreceu o grande estabelecimento agropecuário, que procurou resolver sua necessidade de força de trabalho via escravização de negros e índios, até o final do século XIX. Com a abolição da escravidão, os



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

latifundiários paulistas contaram, inicialmente, com o aporte de imigrantes europeus e, entre 1930 e 1970, com migrantes oriundos da Região Nordeste do País (LOPES, 1972; MARTINS, 2010).

Ex-escravos, imigrantes e migrantes tiveram dificuldades de se transformarem em pequenos agricultores, restando, majoritariamente, a possibilidade de se ocuparem nos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, como colonos, inicialmente, ou assalariados permanentes e temporários, na fase de modernização agrícola. Ao mesmo tempo, a estrutura fundiária, praticamente, manteve seus altos níveis de concentração. Dados de oito censos agropecuários mostram que, entre 1940 e 1996, os estabelecimentos agropecuários abaixo de 50 ha representavam próximo a 80% do seu número e apenas 15% de sua área total, enquanto os maiores que 1.000 ha não passavam de 1% do total e tinham sob o seu controle 30% da área dos estabelecimentos agropecuários paulistas (BACCARIN, 2016).

Contudo, no período entre os dois últimos censos agropecuários realizados, de 1995/96 a 2006, a concentração da posse da terra foi reforçada em São Paulo. Dois indicadores calculados por Hoffmann e Ney (2010) confirmam isto, com o Índice de Gini da distribuição da posse da terra entre estabelecimentos agropecuários passando de 0,760, em 1996, para 0,803, em 2006, ao mesmo tempo em que a participação na área dos 5% maiores estabelecimentos elevava-se de 52,7% para 60,6%. Entende-se que isto, em especial, o aumento da participação dos grandes estabelecimentos esteve associado à expansão da lavoura canavieira no Estado, que foi de mais de 900 mil ha naqueles 10 anos.

No complexo sucroalcooleiro no Brasil observa-se que os usineiros (como são denominados os proprietários de usinas e destilarias, agroindústrias que produzem açúcar e etanol) administram ou controlam diretamente a maior parte da área da sua principal matéria-prima, a cana-de-açúcar, ou seja, há forte integração vertical entre produção industrial e agrícola. Para a safra de 2007/08, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2008) informa que das 284,3 milhões de toneladas de cana moídas em São Paulo, 165,5 milhões t (58,2%) foram da chamada cana própria (das usinas e destilarias) e 118,7 milhões t (41,8%) vieram de fornecedores de cana. Das 153 agroindústrias pesquisadas, a área média de cana processada foi de 21.557,0 ha, com a área média de cana própria alcançando 12.628,1 ha e a de fornecedores, apenas 55,7 ha.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em outros complexos como os da bovinocultura de corte e de leite, suinocultura, avicultura de corte, soja, milho e outros grãos, essa integração vertical é diminuta ou inexistente. Assim, pode-se esperar que a expansão da agroindústria sucroalcooleira, em áreas de outras lavouras (com possível exceção dos citros e eucalipto) ou de pastagens, impacte mais fortemente a distribuição da posse da terra, estimulando o crescimento de estabelecimentos de porte muito grande.

A forte integração vertical para trás tem sido associada a características agronômicas canavieiras. Após ser cortada, a cana-de-açúcar não pode ser armazenada e deve ser processada mais rapidamente possível, para não comprometer seu rendimento industrial na produção de açúcar e etanol. Ao ser plantada em determinada área, espera-se que a mesma lavoura canavieira possibilite vários cortes, por cinco ou mais anos, para que seus custos iniciais sejam amortizados. Além disso, a cana-de-açúcar apresenta baixa relação valor-peso, o que implica que os canaviais devem se concentrar em raio de até 50 km em torno das usinas e destilarias.

No atual estágio tecnológico, não há como se desconsiderar esses pontos. Contudo, não necessariamente eles implicariam na integração vertical amplamente constatada no Brasil. Mesmo porque em outros países, como a Austrália, quase todo o fornecimento de cana, em tempo, por alguns anos e originada de áreas próximas, é garantido via contratos estabelecidos entre agroindustriais e agricultores (BACCARIN & ALVES, 2008).

Nas condições histórico-estruturais brasileiras é que deve ser procurada a razão principal dessa alta integração vertical, que sempre encontrou respaldo na legislação brasileira. Por exemplo, o Estatuto da Lavoura Canavieira, legislação federal de 1941, ao procurar disciplinar a relação entre usineiros e agricultores fornecedores de cana, estabeleceu que as usinas pudessem produzir, diretamente, até 60% da cana que processassem. Sancionou-se, portanto, que as agroindústrias poderiam depender, majoritariamente, da cana própria.

Para o cultivo dos canaviais, os usineiros usam terras de sua propriedade ou alugadas de terceiros, via contratos de arrendamento ou parceria. Estes contratos duram cinco ou seis anos, período médio do ciclo da cana, antes que se faça um novo plantio na mesma área. O aluguel de terras junto a terceiros pode ser motivado pela resistência de seus proprietários em se desfazerem de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

seu patrimônio imobiliário ou pela opção dos usineiros em não imobilizarem capital em terras agrícolas em detrimento de investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas ou industriais.

Para os pequenos e médios proprietários das áreas canavieiras, a cessão de suas terras para os usineiros ou grandes fornecedores de cana possibilita o recebimento de aluguel/ha maior do que na cessão para plantio de grãos ou exploração da bovinocultura. Além disso, ao não gerenciar diretamente a produção, o pequeno/médio proprietário se livra dos riscos inerentes à agropecuária e, ao mesmo tempo, pode se dedicar a outras atividades econômicas nas cidades. Contudo, há também riscos nessa cessão, como o de não receber o aluguel das terras quando problemas financeiros atingem usineiros e grandes fornecedores.

Outro ponto a considerar é o crescimento do plantio e do corte mecânico de cana-de-açúcar, dificultando a permanência de pequenos agricultores em seu cultivo. De 1997 a 2006, o percentual de área de cana colhida mecanicamente em São Paulo passou de 18% para 40% (PAES, 2007). Para 2007/08, a CONAB (2008) informa que, em média, uma colhedora de cana poderia operar 1.229,5 ha na safra. Tal valor mostra as dificuldades que a imensa maioria dos fornecedores de cana paulista, com área média de 55,7 ha, teria de mecanizar a colheita de seus canaviais, ao menos que alugassem as máquinas ou as adquirissem em conjunto com outros agricultores.

Aquele que cedeu suas terras para usinas ou grandes fornecedores de cana, depois de alguns anos, tem dificuldades em voltar a ser agricultor, pois sua área encontra-se desprovida de cercas e outras benfeitorias e foi manejada de maneira a facilitar apenas o cultivo de cana. Também depois de alguns anos, o pequeno/médio proprietário tem seu maquinário agrícola sucateado, exigindo que realize investimentos consideráveis para voltar a ser agricultor. O envolvimento com outras atividades econômicas na cidade é outro ponto que dificulta sua volta às lides agrícolas, fato que tende a ser mais acentuado no caso dos descendentes herdeiros do patrimônio imobiliário rural.

Disto tudo resulta que pequenos, médios e mesmo alguns grandes proprietários rurais passem a alugar suas terras não apenas por um contrato de cinco, seis anos, mas por vários contratos sucessivos, que duram décadas. Em vez da volta à agricultura, acaba sendo mais frequente que, no máximo, deixem de ceder suas terras para um grupo em favor de outro grupo sucroalcooleiro.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tomando-se como correta a concepção de que o avanço sucroalcooleiro/canavieiro aumenta a concentração da posse da terra e o número de grandes estabelecimentos agropecuários, espera-se que, concomitantemente, haja crescimento da importância do trabalho assalariado, mais típico de grandes explorações agrícolas, em detrimento da relação de trabalho familiar, própria de pequenos estabelecimentos.

Quanto ao nível de ocupação, o avanço canavieiro, dependendo da atividade que substitui, pode resultar em ganho (quando a pastagem perde área) ou redução (quando café e hortigranjeiros perdem área) na ocupação agrícola. Ao mesmo tempo, a mecanização impacta negativamente nessa ocupação.

III. Metodología

Usam-se dados provenientes de censos agropecuários, realizados pelo IBGE. Na edição de 1995/96 (chamado daqui por diante apenas de 1996) constatou-se a existência de 217.760 estabelecimentos agropecuários paulistas com área de 17,4 milhões ha, valores que passaram para 225.450 e 16,9 milhões ha, em 2006, variações de 3,5% e - 2,9%, respectivamente (IBGE, 1998, 2009).

Além das informações agregadas para o estado todo, consideraram-se aquelas específicas para os seguintes grupos de estabelecimentos agropecuários: pequeno - com até 50 ha; médio - entre 50 e 100 ha; médio-grande - entre 100 e 200 ha; grande - entre 200 e 1.000 ha e; muito grande - composto por estabelecimentos acima de 1.000 ha.

Também se trabalhou com informações das mesorregiões paulistas, conforme delimitação do IBGE apresentada na Figura 1. O estado de São Paulo encontra-se dividido em 15 mesorregiões, com as mais orientais e próximas ao litoral apresentando área insignificante de cana-de-açúcar (BACCARIN, 2016).

As variáveis de estrutura agrária estudadas foram: uso da terra, concentração e condição legal da posse da terra, tipologia do agricultor e nível e categorias de ocupação. Tomou-se o uso da terra agrícola como composto das seguintes áreas: cana-de-açúcar, outras lavouras, pastagens, reflorestamento, matas naturais e outros usos (área inaproveitável e aproveitável não usada).



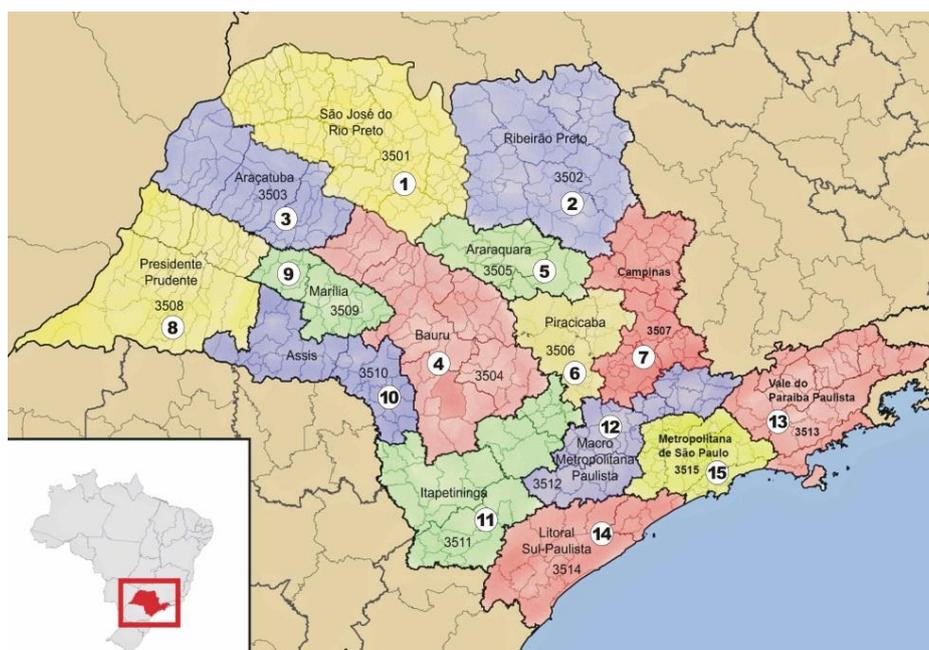
XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Figura 1 - Mesorregiões do estado de São Paulo



Fonte: IBGE, 2006

A distribuição da posse terra foi analisada comparando-se a participação de cada grupo de estabelecimentos no número e na área do total dos estabelecimentos agropecuários em São Paulo.

Adotou-se a tipologia do Censo Agropecuário em relação ao agricultor e à condição legal da terra. Distingue-se quem administra o estabelecimento, chamado de responsável pela exploração, de quem tem o direito civil (ou pretensão de) sobre o mesmo, denominado de produtor. Proprietários, arrendatários, parceiros, ocupantes e assentados de reforma agrária (considerados apenas em 2006), as categorias de produtores discriminadas pelo IBGE, podem não gerir diretamente seus estabelecimentos, mas contrataram administradores para tanto.

Além disso, deve-se considerar que um produtor proprietário, além das terras próprias, pode contar, na abrangência do mesmo estabelecimento, com terras arrendadas ou tomadas em parceria ou mesmo ocupadas. Exceto para as terras próprias, os outros tipos de produtores também podem manter, no mesmo estabelecimento, áreas sob as diferentes condições legais.

As categorias ocupacionais consideradas foram: responsável pelo estabelecimento e pessoas com laço de parentesco, empregado permanente, empregado temporário, parceiro mais outras



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

condições. A informação do número de pessoas em todas essas categorias foi obtida diretamente dos censos agropecuários, com exceção dos trabalhadores temporários. Neste caso, seu número resultou da média de contratação nos 12 meses do período base do Censo mais a estimativa de sua contratação através dos gastos de empreitada. No Censo aparece o valor monetário deste gasto, que foi dividido por 12 e pelo valor do salário mínimo da época, conforme os registros do IPEA (2016).

Procurou-se verificar como a as modificações em cada variável da estrutura agrária foi afetada pela expansão canavieira.

IV. Resultados

4.1. Modificações no Uso da Terra e Concentração Fundiária

Ficam evidenciadas na Tabela 1 importantes mudanças no uso da terra agrícola em São Paulo, entre 1996 e 2006. As pastagens perderam quase 2,1 milhões ha, substituídos por matas, outras lavouras e, especialmente, pela lavoura canavieira, que expandiu 921,3 mil ha.

Tabela 1 – Área dos estabelecimentos agropecuários do estado de São Paulo, segundo o uso da terra, mil hectares, e porcentual, 1996 a 2006.

Ano	Valor	Cana	Ou. Lav.	Pastagem	Reflor.	Matas	Outros	Total
1996	Abs.	2.124,5	3.131,7	9.062,3	597,0	1.352,4	1.101,4	17.369,2
	%	12,2	18,0	52,2	3,4	7,8	6,3	100,0
2006	Abs.	3.045,8	3.940,0	6.976,2	489,1	1.800,7	703,0	16.954,9
	%	18,0	23,2	41,1	2,9	10,6	4,1	100,0
Var.	Abs.	921,3	808,3	-2.086,1	-107,9	448,3	-398,4	-414,3
	%	5,8	5,2	-11,1	-0,5	2,8	-2,2	0,0

Fonte: IBGE (1998, 2009). Observação: a categoria Outros engloba área inaproveitável e área aproveitável não usada.

A Tabela 2 mostra que as três faixas intermediárias perderam participação, entre 1996 e 2006, no número e na área dos estabelecimentos agropecuários paulistas. Os estabelecimentos pequenos tiveram sua participação aumentando no número e mantendo-se na área, acarretando redução de 12,6% em seu tamanho médio. Por sua vez, os muito grandes estabelecimentos mantiveram a participação no número e apresentaram crescimento muito expressivo na participação na área, acompanhado do aumento de seu tamanho médio, de 29,4%, entre 1996 e 2006.

Como já citado, Hoffmann e Ney (2010) informam que aumentou a concentração da posse da terra agrícola em São Paulo, entre 1996 e 2006. Os mesmos autores associam a elevação de



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

quase 6% no número de pequenos estabelecimentos à expansão de sítios e chácaras de recreio e descanso, de propriedade de moradores das cidades.

Tabela 2 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários paulistas, mil hectares, e respectivas áreas de acordo com grupos de área, em hectares, e porcentual, 1996 a 2006.

Grupo (ha)	Item	1996		2006	
		Valor	%	Valor	%
0 a 50	Número	158.913	73,0	177.204	78,6
	Área	2.602,6	15,0	2.537,2	15,0
50 a 100	Número	25.599	11,8	20.688	9,2
	Área	1.821,9	10,5	1.467,9	8,7
100 a 200	Número	16.258	7,5	13.036	5,8
	Área	2.284,8	13,2	1.834,3	10,8
200 a 1.000	Número	14.904	6,8	12.429	5,5
	Área	5.903,8	34,0	4.941,6	29,1
Mais 1.000	Número	2.086	1,0	2.093	0,9
	Área	4.756,1	27,4	6.173,9	36,4
Total	Número	217.760	100,0	225.450	100,0
	Área	17.369,2	100,0	16.954,9	100,0

Fonte: IBGE (1998, 2009).

Já o crescimento da participação na área dos muito grandes estabelecimentos, como se demonstra em seguida, esteve associado à expansão da área com cana-de-açúcar. Os canaviais se ampliaram de duas formas, via instalação ou crescimento de sua área em estabelecimentos já existentes ou via aglutinação, por compra ou arrendamento/parceria, de estabelecimentos que eram independentes em 1996, o que veio acompanhado do aumento da importância dos grandes estabelecimentos na área agrícola paulista.

Observa-se na Tabela 3 que a cana-de-açúcar, em 1996, concentrava 47,7% de sua área em muito grandes estabelecimentos. Em 2006, este valor tinha passado para 64,4%, enquanto nos outros grupos de estabelecimentos a importância da cana diminuía.

Com as outras culturas, o crescimento da importância dos muito grandes estabelecimentos também se verificou, mas ela continuava bem abaixo da observada na cana, em 2006. No caso de reflorestamento, praticamente não houve alterações, com seu plantio nos grandes e muito grandes estabelecimentos representando mais de 80% do plantio total, em 1996 e 2006. Nas pastagens, a única alteração digna de citação foi o aumento da participação dos pequenos estabelecimentos em sua área, entre 1996 e 2006.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 3 - Distribuição porcentual de terras com diferentes usos entre estabelecimentos de diferentes grupos de área, São Paulo, 1996 e 2006.

Grupo (ha)	Cana		Out. Lavouras		Reflor.		Pastagem		Total	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
0-50	7,1	5,7	24,9	17,1	5,3	6,5	14,3	19,1	15,0	15,0
50-100	6,5	4,6	13,4	8,8	4,0	4,1	11,2	11,2	10,5	8,7
100-200	9,7	7,0	14,6	10,7	5,2	5,9	14,5	13,4	13,2	10,8
200-1000	29,0	18,3	31,4	29,2	24,7	23,3	37,4	34,3	34,0	29,1
+1000	47,7	64,4	15,6	34,2	60,7	60,1	22,6	22,1	27,4	36,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1998, 2009).

Em suma, em 2006, os muito grandes estabelecimentos tinham 36,4% da área total dos estabelecimentos paulistas, e sua participação na área com outras lavouras estava um pouco abaixo disso, enquanto apresentavam relativamente baixa participação na área de pastagens e muito alta participação no reflorestamento e na cana-de-açúcar.

Constatado que a cana-de-açúcar, cada vez mais, se caracterizou como cultura de muito grandes estabelecimentos, é possível associar sua expansão, ainda que não exclusivamente, à elevação da concentração da posse da terra em São Paulo. A reforçar tal suposição, considere-se o estudo citado da CONAB que mostra que usinas e destilarias mantêm sobre seu controle direto quase 60% da cana que processam em áreas que, em média, ultrapassam 10 mil ha.

Os plantios de pinus e eucalipto (reflorestamento) também se concentravam nos muito grandes estabelecimentos, mas seus efeitos no aumento da concentração da terra certamente foram pequenos ou inexistentes, pois sua área decaiu nos dez anos considerados. Ademais, não se descarta a possibilidade de que a expansão significativa da área de outras lavouras, junto com o aumento de sua importância nos estabelecimentos acima de 1.000 ha, teve efeitos concentradores da terra em São Paulo, em especial nos casos da soja e da laranja.

4.2) Crescimento do Arrendamento Agrícola em São Paulo

De pronto, afirme-se que estabelecimento agropecuário não é um conceito de propriedade, mas de exploração econômica, que pode se dar em terras de terceiros. Levando-se isto em conta, se indaga como os usineiros ou grande fornecedores de cana conseguiram aumentar o tamanho de seus



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estabelecimentos, entre 1996 e 2006, comprando ou alugando novas áreas? As evidências apontam que o aluguel de terras teve papel preponderante nesse aumento.

Os dados censitários mostram que o número de estabelecimentos sob a responsabilidade de administradores passou de 11,3%, em 1996, para 18,0%, em 2006, ao mesmo tempo em que a área por eles gerida passava de 40,3% para 47,9%, em detrimento de proprietários, parceiros e arrendatários. Ou seja, em 2006, quase a metade da área dos estabelecimentos agropecuários paulistas tinha administradores como responsável.

O emprego de administradores na agricultura é indicativo de que um mesmo produtor tem, sob seu domínio, mais de um estabelecimento agropecuário. Aquele com um único estabelecimento tende a administrá-lo diretamente ou através de um membro de sua família, ao menos que se dedique também a outras atividades econômicas.

Se o aumento da importância dos administradores indica que muitos produtores passaram a controlar em 2006 mais estabelecimentos do que cada um controlava em 1996, não se consegue saber se isto se deu via compra ou arrendamento de terras. Os dados da Tabela 4 esclarecem este ponto. Na condição do produtor, praticamente, não se constataram modificações, entre 1996 e 2006. Já na condição legal do uso da terra, evidencia-se a perda de importância das terras próprias ou de propriedade do produtor em favor do aumento das terras em parceria e arrendamento.

Tabela 4 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários paulistas, de acordo com a condição do produtor e legal de seu uso, São Paulo, 1996-2006.

Ano	Item	Proprietário/ Propriedade		Arrendatário/ Arrendamento		Parceiro/ Parceria		Outro (a)*	
		Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
1996	Produtor	15.665,7	90,2	1.170,2	6,7	363,1	2,1	170,2	1,0
	Uso Legal	14.951,8	86,1	1.663,1	9,6	567,1	3,3	187,2	1,1
2006	Produtor	15.240,0	89,9	1.158,4	6,8	347,7	2,1	208,8	1,2
	Uso Legal	13.729,4	81,0	2.223,6	13,1	768,8	4,5	223,2	1,3

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009). *Em 1996 esta coluna registra os ocupantes, em 2006 também os assentados.

Entende-se que foram os proprietários (os grandes, principalmente) os responsáveis pelo aumento da importância das áreas sob o arrendamento/parceria em São Paulo, de 1996 a 2006. Recuando mais no tempo, enquanto em 1975, 17,0% das terras arrendadas ou tomadas em parceria estavam nas mãos de proprietários, em 2006 este percentual alcançara 49,7% (IBGE, 1979, 2009).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tomando cuidado com esta comparação, os dados mostram que a área dos muito grandes estabelecimentos agropecuários se expandiu em 1.417,8 ha, de 1996 a 2006, enquanto a área em arrendamento/parceria crescia 1.486,3 ha. Não necessariamente são as mesmas áreas, mas pode-se estabelecer que o crescimento dos muito grandes estabelecimentos se deveu, em grande parte, ao fato de seus responsáveis arrendarem ou tomarem em parceria novas áreas.

A parceria atual é empregada por grandes agricultores porque traz vantagens tributárias (BACCARIN, 2016), mas de fato trata-se de uma relação de arrendamento. Em 1975, verificava-se a área média dos estabelecimentos de parceiros era de 11,7 ha e apenas 7,7% deles não administravam diretamente ou via membro da família suas áreas (IBGE, 1979). Em 2006, a área média dos estabelecimentos em parceria alcançara 130,8 ha. Juntando estabelecimentos arrendados com os em parceria, 73,7% deles tinham como responsáveis, em 2006, os administradores e não membros da família do produtor. Os parceiros atuais, em sua grande maioria, não guardam qualquer relação de submissão social e administrativa ao proprietário da terra.

Nas usinas e destilarias a maior parte da matéria prima processada é de cana própria, obtida em terras de propriedade dos grupos sucroalcooleiros ou via contratos de arrendamento/parceria. E para gerir a grande quantidade de terras sob o seu controle, os usineiros têm a necessidade de aumentar o número de administradores.

4.3) Mudanças no Nível de Ocupação e nas Relações de Trabalho

Como visto, entre 1996 e 2006, a área de pastagem diminuiu no estado de São Paulo, enquanto cresciam as áreas de cana e outras lavouras. Mantendo-se a tecnologia constante, isto resultaria em efeito positivo na ocupação agropecuária, posto que se usam menos pessoas por área nas pastagens do que nas lavouras. Contudo, mudou a tecnologia, com importantes avanços na mecanização da colheita do café e da cana-de-açúcar, por exemplo.

A Tabela 5 mostra que o balanço foi negativo, com queda de 24,0% na ocupação agropecuária paulista, entre 1996 e 2006. A queda mais significativa, em termos porcentuais, foi a verificada entre os parceiros e outras condições de ocupação, que praticamente desapareceram da agricultura de São Paulo. Em termos absolutos, a maior queda se deu entre os temporários, muito



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

afetados pela mecanização das colheitas do café e cana. A contratação de mais tratoristas e operadores de máquinas serviu para que a queda nos trabalhadores permanentes fosse relativamente menor que a dos temporários. O número na categoria responsável e membros da família apresentou diminuição em termos absolutos, mas, relativamente, bem menor do que nas outras categorias.

Tabela 5 – Distribuição do pessoal ocupado por categoria na agricultura de São Paulo, 1996 e 2006.

Ano	Valor	Responsável e Família	Parceiro mais Outros	Empregado Permanente	Empregado Temporário	Total
1996	Absoluto	438.297	60.604	343.801	517.801	1.360.503
	Porcentual	32,2	4,5	25,3	38,1	100,0
2006	Absoluto	420.139	9.828	284.661	319.804	1.034.432
	Porcentual	40,6	1,0	27,5	30,9	100,0
Var.	Absoluto	-18.158	-50.776	-59.140	-197.997	-326.071
	Porcentual	-4,1	-83,8	-17,2	-38,2	-24,0

Fonte: IBGE (1998, 2009).

O censo permite calcular que 75,1% da queda nos temporários ocorreu nos estabelecimentos acima de 200 ha, justamente onde se concentra grande parte dos canaviais em São Paulo (IBGE, 1998, 2009). Tem-se a impressão que a expansão da mecanização do corte, bem como do plantio da cana, foi a maior responsável pela redução do número de temporários na agricultura paulista, de 1996 a 2006.

A Tabela 6 deixa clara a diferença na composição de ocupação, entre os estabelecimentos de diferentes portes. Naqueles até 50 ha, predominava a ocupação de pessoas com laço de parentesco com o responsável. Já nos estabelecimentos grandes e muito grandes, havia predominância de relações assalariadas. Os empregados representam 83,7% da ocupação nos estabelecimentos entre 200 e 1.000 ha e 94,7% nos acima de 1.000 ha.

Tabela 6 - Categorias de ocupação na agricultura de São Paulo, em diferentes grupos de área, 2006.

Grupo (ha)	Responsável e Família		Parceiro mais Outros		Empregado Permanente		Empregado Temporário		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0-50	325.739	65,8	4.872	1,0	71.162	14,4	93.584	18,9	495.357	100
50-100	37.002	37,8	1.380	1,4	22.084	22,6	37.414	38,2	97.880	100
100-200	23.940	26,4	946	1,0	25.468	28,1	40.203	44,4	90.557	100
200-1000	23.988	15,1	1.818	1,1	57.256	36,1	75.399	47,6	158.461	100
+1000	9.470	4,9	812	0,4	108.691	56,6	73.203	38,1	192.176	100
Total	420.139	40,6	9.828	1,0	284.661	27,5	319.804	30,9	1.034.432	100

Fonte: IBGE (2009).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Associando-se esses valores à forte concentração da lavoura canavieira nos estabelecimentos muito grandes, como já visto, resta a impressão de que esta cultura é cultivada em São Paulo sob uma relação de trabalho tipicamente capitalista, como observada em grandes empresas do setor industrial. Ou seja, poucos grandes agricultores (agroindustriais, na verdade) comandam grande quantidade de assalariados, embora o número absoluto destes venha diminuindo, em face à expansão da mecanização canavieira.

4.4. Efeitos nas Mesorregiões Geográficas

Neste item relaciona-se, para 2006, a importância da lavoura canavieira com outras três variáveis: participação da parceria/arrendamento, dos estabelecimentos acima de 1.000 ha e do trabalho assalariado. Foram consideradas 10 das 15 mesorregiões do estado de São Paulo, excluindo-se aquelas mais orientais, em que a cana tem pequena importância. A Tabela 8 traz as informações das variáveis citadas.

Tabela 8 - Importância da Área Canavieira, do Arrendamento/Parceria, dos Muito Grandes Estabelecimentos e do Trabalho Assalariado, Mesorregiões São Paulo, 2006.

Mesorregião	% Área com Cana	% Terras sob Arren./Parceria	% Estabel. com + 1.000 ha	% de Assalariados
Marília	2,4	9,2	28,0	50,4
P. Prudente	9,5	10,7	39,6	38,7
Campinas	14,6	15,6	29,7	53,6
Araçatuba	16,2	15,3	37,9	49,7
Bauru	18,2	18,9	41,2	64,1
São J. R. Preto	18,7	15,9	22,5	56,4
Assis	22,8	24,0	35,7	56,1
Piracicaba	30,3	25,6	42,1	44,6
Araraquara	32,6	26,1	48,6	69,5
Ribeirão Preto	43,3	32,1	49,8	69,9

Fonte: IBGE (2006).

O Gráfico 1 mostra clara relação entre o crescimento da participação da cana na área e da importância do arrendamento/parceria. O coeficiente de correlação atingiu valor acima de 0,9. Pode-se destacar a situação da mesorregião de Ribeirão Preto, com a cana usando mais de 40% da área e as terras tomadas em arrendamento/parceria correspondendo a quase 1/3 da área dos estabelecimentos agropecuários.



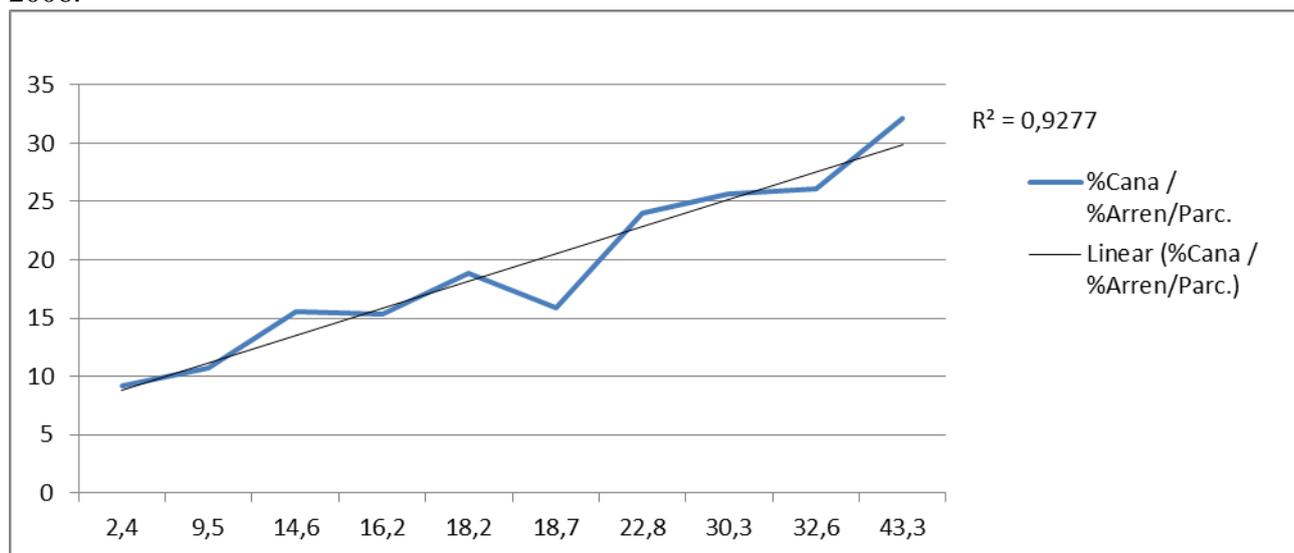
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

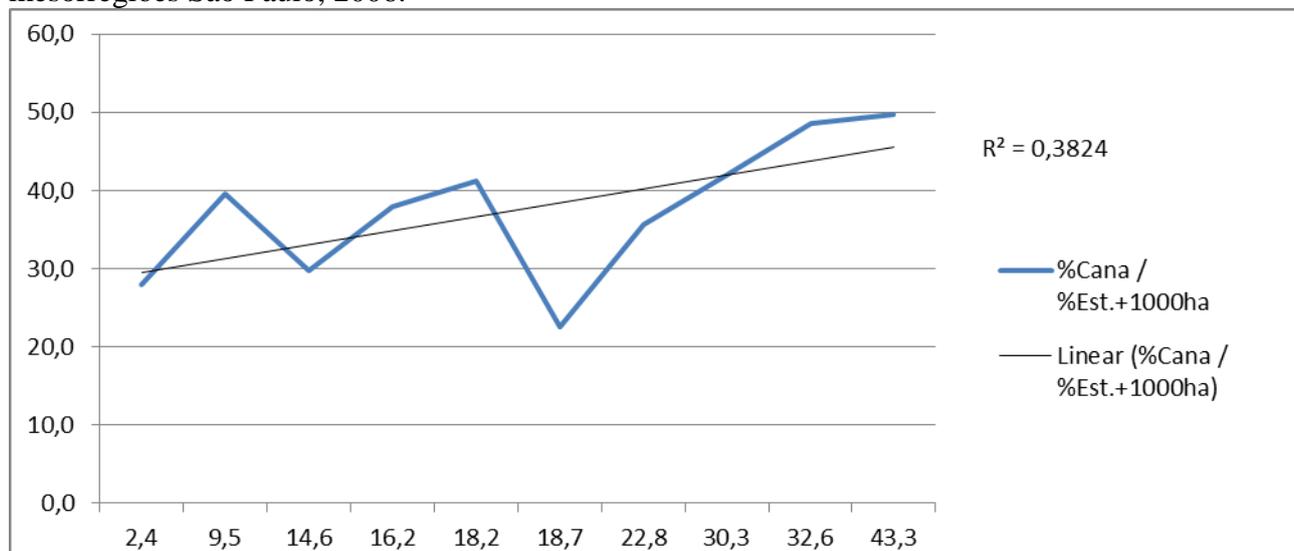
Gráfico 1 - Relação entre área canvieira e em arrendamento/parceria, mesorregiões São Paulo, 2006.



Fonte: IBGE (2006).

A relação entre área de cana e importância de estabelecimentos acima de 1.000 ha mostrou-se positiva, mas com baixo coeficiente de correlação, conforme pode ser visto no Gráfico 2. Supõe-se que além da área canvieira, outros fatores foram importantes para a explicação da presença de estabelecimentos muito grandes nas mesorregiões.

Gráfico 2 - Relação entre área canvieira e importância dos estabelecimentos acima de 1.000 ha, mesorregiões São Paulo, 2006.



Fonte: IBGE (2006).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

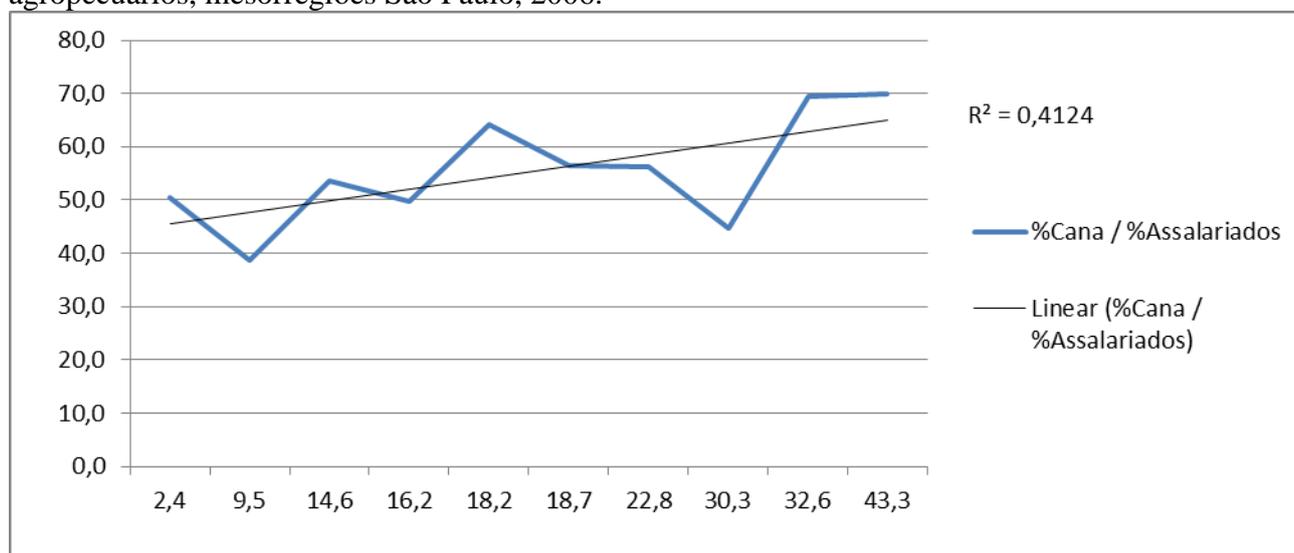
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Quanto à relação entre área canvieira e presença de assalariados é necessária uma observação prévia. Aqui não se consideraram os trabalhadores temporários contratados via empreitada, informação não disponível em nível de mesorregião. Não desconsiderando esse fato, o Gráfico 3 mostra uma relação também positiva e com baixo coeficiente de correlação. A maior presença da cana na área tende a elevar a participação de assalariados na agricultura, mas outros fatores, que não aqui estudado, também revelam importância neste sentido.

Gráfico 3 - Relação entre área canvieira e importância dos assalariados nos estabelecimentos agropecuários, mesorregiões São Paulo, 2006.



Fonte: IBGE (2006).

V. Conclusões

Em prazo relativamente curto, de 1996 a 2006, aumentou a concentração da posse da terra dos estabelecimentos agropecuários no estado de São Paulo. Cresceram relativamente o número daqueles abaixo de 50 ha e a área daqueles acima de 1.000 ha.

A expansão canvieira contribuiu para o aumento da quantidade de terras em arrendamento/parceria e da participação dos muito grandes estabelecimentos na área agrícola do Estado. Isto se relaciona à alta integração vertical no complexo sucroalcooleiro, que tende a impactar mais fortemente na distribuição da terra em comparação a outros complexos agropecuários com pequena integração vertical.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nos maiores estabelecimentos o uso do assalariamento é preponderante, enquanto nos pequenos há maior participação do trabalho do responsável e familiares. O aumento da área dos grandes estabelecimentos contribuiria para o crescimento do assalariamento, enquanto o aumento do número dos pequenos fortaleceria o trabalho familiar. Ademais, a substituição da área de pastagem por canaveira e de outras lavouras poderia ter contribuído para aumento da ocupação agropecuária em São Paulo. Contudo, os índices de mecanização da colheita de cana mais do que dobraram entre 1996 e 2006, fato decisivo para que ocorresse queda no nível de ocupação na agricultura paulista. Isto em todas as categorias de ocupação, com menor intensidade no trabalho familiar, o que se associa ao aumento do número de estabelecimentos abaixo de 50 ha.

Não são mais os pequenos agricultores que tomam áreas em parceria, como nas décadas de 1960 e 1970. Os parceiros atuais são de grande porte, na maior parte, e não mantêm relação de submissão administrativa ou social com o proprietário da área.

Ao que tudo indica, o aumento da concentração da posse da terra sob o avanço canavieiro se mostrou maior que o aumento da concentração da propriedade da terra.

VI. Bibliografia

BACCARIN, J. G. *A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola no estado de São Paulo*. 2016. 188 f. Tese de Livre Docência, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Jaboticabal (SP), 2016.

BACCARIN, J. G. & ALVES, F. J. da C. Etanol da cana-de-açúcar: considerações sobre o meio ambiente e a ocupação agrícola. *Cadernos do CEAM - Energia e Biomassa*. Brasília: Universidade de Brasília, v. 8, n. 33, pg. 111-148, 2008.

BERSTEIN, H. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 165p.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). *Perfil do setor do açúcar e do álcool no Brasil - situação observada em novembro de 2007 a abril de 2008*. Brasília: CONAB, 2008.

HOFFMANN, R. & NEY, M. G. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação (1970 a 2006)*. Brasília: MDA. 2010. 108 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1975*. Série Regional, Volume I, Tomo 17, 1ª. e 2ª. Partes. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Base de dados PINTEREST. *Mesorregiões: Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/532058143460500950/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995-96*. Número 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Agropecuário de 2006 - São Paulo*. Número 19. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default_tab_uf_xls.shtm. Acesso em 17 de janeiro de 2016. Segunda Apuração.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE. 2013.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Salário Mínimo nominal vigente*. Disponível em www.ipeadata.gov.br. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

LOPES, J. R. B. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. 2ª. edição. São Paulo: Editora Nacional, 1972. 199 p.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 9ª. edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010. 282p.

PAES, L. A. D. Áreas de expansão do cultivo da cana. In: MACEDO, I. de C. (Org.). *A energia da cana-de-açúcar – doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade*. São Paulo: UNICA, 2007. P 125-133. (2ª. Edição).